ANO 15 Nº 4.684

# ODIA

04 a 10/12/2024

# Comus aponta desrespeito, sucateamento e postos de saúde em péssimo estado

Nova ata de reunião do Conselho de Saúde de Marília destaca necessidade de reforma em todas as unidades, com orçamento que supera R\$ 18 milhões P8



TCE registra 'sala de pacientes' de USF em Marília

#### **Selo Ouro**

Ocauçu é reconhecida por programa de alfabetização de crianças e comemora P6



#### **Orçamento**

Relatório da Prefeitura de Alvinlândia aponta que há saldo para o fim de ano P4



#### SAÚDE MUNICIPAL

Lupércio abre licitação de R\$ 12 milhões para aquisição de medicamentos



Registro de preços será para futura compra de remédios destinados ao atendimento da população e à manutenção de postos P3

#### **ARQUIVAMENTO**

Vereadores rejeitam pedido de CP, mas acolhem contas e aprovam Orçamento de Marília para 2025 P2

#### **REQUERIMENTO**

Denúncia aponta veículo oficial sem identificação obrigatória e suposto uso para fins particulares pr



UBIRAJARA BUSCA NOVAMENTE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PS

Pela terceira vez no ano, a Prefeitura de Ubirajara tenta contratar uma nova instituição bancária para processar pagamento de servidores

### Comtur convoca marilienses para a 5<sup>a</sup> Pesquisa de Percepção do Turismo

Redação O DIA

editor@odiademarilia.com.br

Marília ocupa a 17ª posição no ranking do MIT (Município de Interesse Turístico) em um universo de 140 cidades ranqueadas. Desde o reconhecimento com o título de MIT em 2019, o município já conquistou R\$ 2,3 milhões de recursos para investimento específico no turismo local, segundo dados da prefeitura. Em 2022, o Plano Diretor de Turismo foi revisado e os recursos foram destinados para a reforma e incremento do Museu de Paleontologia, intervenções no Bosque Municipal, criação do Circuito de Bikes e Trilhas e o Parque do Vale dos Dinossauros, entre outras propostas.

Dando sequência ao trabalho



Desenvolvimentos de novos projetos são impulsionados pelo resultado da pesquisa

de fomento ao turismo, o Comtur (Conselho Municipal do Turismo) convoca os marilienses a responderem à 5ª edição da Pesquisa Anual de Percepção do Turismo: Impacto e Valorização do Setor Local, uma ferramenta para entender como o setor é visto pelos próprios moradores. Coordenada pelo Centro de Inteligência

da Economia do Turismo, da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo, essa pesquisa pode ser respondida de forma simples e online.

"A pesquisa é fundamental para que possamos entender melhor o papel do turismo nas comunidades locais e como ele pode ser mais valorizado e impulsionado", explica o presidente do Conselho Municipal do Turismo, Ivan Evangelista Júnior. A quantidade de respostas obtidas contribui para a pontuação no ranqueamento das cidades que são MIT. "O tom é informativo e engajador, para atrair a atenção da comunidade e estimular a participação", avalia.

Neste ano, a pesquisa estará disponível até o dia 9 de fevereiro de 2025 no endereço https://bit. ly/pesquisa2024percepcao. Cidades com mais de 200 respostas terão seus resultados apresentados de forma individualizada, enquanto os municípios que não atingirem ao índice poderão acessar os dados das Regiões Turísticas e Administrativas, agregados com outras localidades.

#### Câmara rejeita abertura de CP, acolhe contas e aprova Orçamento de 2025

Redação O DIA

Os vereadores de Marília rejeitaram, na noite da última segunda-feira (2), o pedido de abertura de uma CP (Comissão Processante) contra o prefeito Daniel Alonso (PL), sob acusação de improbidade administrativa, por suposta fraude processual em contratação com dispensa de licitação ao autorizar a Codemar (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Marília) a realizar a pavimentação asfáltica em diversas ruas da cidade.

Em seguida, a Câmara votou e aprovou as contas relativas aos anos de 2014, 2018,2019,2020 e 2021, a primeira relativa à gestão de Vinícius Camarinha e as demais de Daniel Alonso.

Também foi aprovado o PL (Projeto de Lei) Complementar n° 28/2024, da Prefeitura Municipal, modificando a Lei Complementar n° 13/1992, que institui o Código de Posturas do Município de Marília, referente ao horário de funcionamento de bares, tabacarias, adegas e similares. Ainda de autoria do Executivo, foram aprovados o PL que denomina vias públicas e o PL que cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Em sessão extraordinária, também foi aprovado o Projeto de Lei nº 118/2024, da Prefeitura Municipal - Orçamento Geral do Município de Marília para o exercício financeiro de 2025.

Divulgação/CM



Contas analisadas foram aprovadas

Valor da publicação: R\$ 26,88. Conforme Lei Municipal № 2.650, de 30 de março de 2016

#### Alguém está esperando O SEU TIPO!

Precisa-se de doação de sangue!





### Lupércio abre pregão para a aquisição de medicamentos por R\$ 12,4 milhões

Taís Iatecola

taisiatecola@odiademarilia.com.br

A Prefeitura de Lupércio abriu um pregão eletrônico de registro de preços para futura aquisição de medicamentos destinados ao atendimento da população e à manutenção de postos do município e do distrito de Santa Terezinha. Segundo o edital publicado no site da administração municipal, o valor estimado de gastos é de R\$ 12,4 milhões. A sessão, que inicialmente iria ocorrer no dia 5, agora, com retificação de edital, foi transferida para o próximo dia 17, a partir das 9h.

O primeiro edital do pregão foi divulgado no dia 21 de novembro. Empresa interessada em participar apresentou pedido de impugnação, mas comissão de licitação o considerou improcedente, com resultado divulgado no último dia 2. A possível licitante questionou o prazo de entrega dos produtos estipulado no edital, que é de cinco dias após a requisição do município, solicitando que fosse estendido para 15 dias, o que não foi aceito. Ainda no dia 2, a prefeitura publicou novo edital, com retificação de quatro itens, relacionados aos medicamentos que devem ser fornecidos.

Ao todo são 852 tipos de medicamentos, em quantidades distintas, que devem ser adquiridos por um período de um ano. Entre os remédios estão amoxicilina e clavunato de potássio, ampicilina, azitromicina, bromazepan, bromopida, canabidiol, clonazepan, desloratadina, ibuprofeno, levofloxacino, nimesulida, paracetamol, sertralina, suplemento

multivitamínico infantil, e outros.

Ainda segundo o edital, a prefeitura pode revogar o pregão, no todo ou em parte, por razões de interesse público a qualquer momento. Por se tratar de registro de preços, a homologação do processo não garante que o município fará a aquisição. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones (14) 3474-1166 e 3474-1128.

GLICEMIA /Outra licitação aberta, também de registro de preços e relacionada à Saúde, é para aquisição de tiras reagentes para controle de glicemia. Além das tiras, a contratada terá que disponibilizar, em regime de comodato, 300 aparelhos medidores de glicemia. A sessão do pregão eletrônico está agendada para o próximo dia 9 e o valor estimado é de R\$ 46,7 mil.

Reprodução/Internet



Em outro pregão, prefeitura quer adquirir tiras reagentes para controle de glicemia



### Balanço orçamentário de Alvinlândia demonstra saldos para o fim de ano

Redação O DIA

editor@odiademarilia.com.br

A Prefeitura de Alvinlândia divulgou na última semana, no Diário Oficial do município, o relatório resumido da execução orçamentária, referente ao período de janeiro a outubro deste ano. O balanço mostra que a dotação, que é a verba prevista para despesas específicas em orçamentos públicos, está em mais de R\$ 35 milhões, quando a inicial, prevista na LOA (Lei Orçamentária Anual), estava em R\$ 31.676.000,00.

Ainda segundo o Executivo, os cofres públicos alvinlandenses têm para o último bimestre do ano R\$ 10.795.236,03 a empenhar, que é o valor reservado no orçamento para efetuar aquisições. Já para serviços executados



Centro de Saúde de Alvinlândia; pasta é a que mais tem saldos a empenhar

ou produtos entregues, no chamado saldo a liquidar, a prefeitura tem R\$ 1.666.856,02. E de valor pago, quando o fornecedor de fato recebe a quantia firmada em contrato, foi contabilizado pouco mais de R\$ 1 milhão.

O relatório resumido divul-

gado pela Prefeitura de Alvinlândia mostra ainda que a pasta com mais saldo a empenhar até o final do ano é da Saúde, com R\$ 3.286.455,85 previstos. Com isso, a dotação atualizada foi para R\$ 8.832.465,81, já que de janeiro a outubro o município investiu R\$

5.546.009,96 nesta área. A Educação é o setor público com a segunda maior dotação atualizada, ajustada neste balanço para R\$ 8.068.489,70. Mas tem saldo a empenhar menor do que outras pastas da administração, com o valor de R\$ 1.906.476,77. Urbanismo, por exemplo, ainda tem R\$ 2.307.874,66 reservado no orcamento para futuras aquisições. Em contrapartida, toda a estrutura do ensino público utilizou R\$ 6.162.012,93 de janeiro a outubro de 2024, enquanto Infraestrutura e Serviços Urbanos utilizaram, no mesmo período, R\$ 3.161.997,34. Essa mesma pasta é a que mais tem o chamado saldo a liquidar, para serviços executados ou produtos entregues, com R\$ 545.705,25. O valor é maior até mesmo do que o da Saúde.



DESCONFIE DE ROSTOS ESTRANHOS, QUE DIZEM ESTAR A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA.

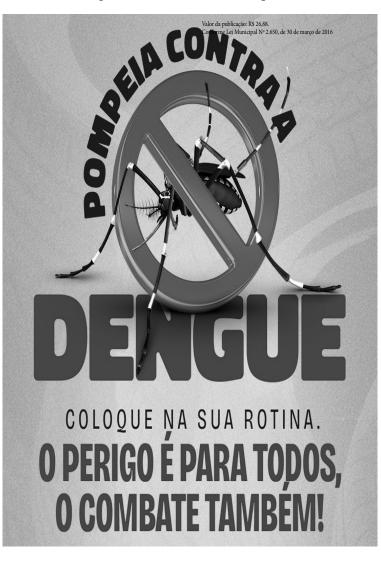
OS SERVIDORES RESPONSÁVEIS EM REALIZAR VISITAS DOMICILIARES SÃO SEMPRE OS DE COSTUME, E ESTÃO DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS E IDENTIFICADOS.

TODAS AS AÇÕES DOS SERVIDORES COMUNITÁRIOS OCORREM ATÉ O PERÍODO DAS 17H, HORÁRIO EM QUE É FINALIZADO O EXPEDIENTE.

EM CASOS SEMELHANTES, NÃO ATENDA O SUPOSTO FUNCIONÁRIO, E HAVENDO INSISTÊNCIA, ACIONE A POLÍCIA MILITAR PELO TELEFONE 190.

Valor da publicação: R\$ 7,56.

Conforme Lei Municipal Nº 2,650, de 30 de marco de 2016



### Prefeitura de Ubirajara tenta mais uma vez contratar nova instituição bancária

Redação O DIA editor@odiademarilia.com.br

Pela terceira vez no ano, a Prefeitura de Ubirajara tenta contratar uma nova instituição financeira para processar o pagamento dos servidores municipais. Depois de abrir pregões em agosto e setembro, ambos sem interesse por parte das empresas, agora o edital tem previsão para ser finalizado nesta sexta-feira (6). O atual contrato firmado com o Banco Bradesco, em julho de 2019, já expirou.

Segundo a ata de movimento do processo de contratação, no dia 16 de outubro, o último procedimento realizado foi considerado "deserto", já que não foi registrada recepção de

Pregão Presencial nº 028/2024



REFERÊNCIA FAIXA SALARIAL SERVIDORES RADO APENAS O VALOR DO SALÁRIO BASE)			
	N° DE FUNCIONÁRIOS		VALOR TOTAL ANUAL
0,00	174	R\$ 261.000,00	R\$ 3.393.000,00
2.00	27	R\$ 67 500 00	R\$ 877 500 00

R\$ 287.000.00

R\$ 3.731.000.00

Tabela mostra custo com salários base

propostas. O pregão ficou aberto por quase um mês.

Conforme já noticiado pelo O DIA, a empresa que vencer a disputa ficará responsável pelos créditos na folha de pagamento dos funcionários ativos e por efetuar os depósitos

ou transferências para a conta corrente de cada um, por cinco anos. Tabela divulgada pela administração mostra que a cidade tem quase 300 servidores municipais e que a folha de pagamento anual chega a quase R\$ 9 milhões somente com o salário base.

A instituição vencedora no pregão deverá implantar sistema informatizado compatível com o da prefeitura, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico, e ficará responsável por todas as despesas durante a adaptação. Em contrapartida, será concedida a possibilidade de disponibilizar aos servidores da administração pública empréstimo consignado, quando as parcelas

são descontadas diretamente na folha de pagamento.

A administração municipal informa que enviará os dados cadastrais (nome completo, CPF, carteira de identidade, data de nascimento, endereço completo e montante da renda) de cada um dos funcionários públicos em até dez dias após a assinatura do contrato e a empresa bancária precisará realizar a abertura das contas em até 60 dias úteis, sem custo aos servidores. Nenhum trabalhador será obrigado a manter a conta na instituição financeira, porém, mesmo assim o pagamento será feito por intermédio da empresa contratada, através de transação com portabilidade.

#### Acordo Paulista vai aceitar créditos em precatórios nas parcelas

Agência SP

Para incentivar ainda mais a adesão ao Programa Acordo Paulista, o Governo do Estado, por meio da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE/SP), passará a aceitar créditos em precatórios e créditos acumulados de ICMS no pagamento das parcelas dos acordos de transação.

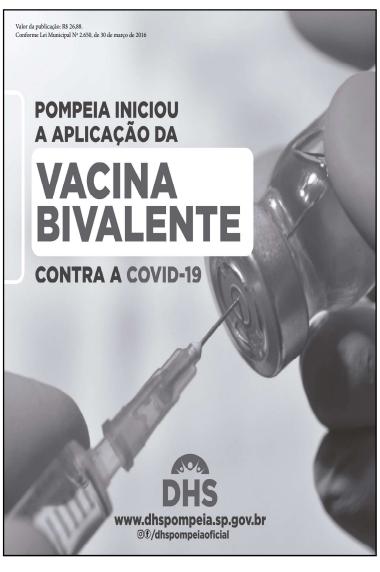
Publicada no diário oficial do dia 28 de novembro, a Resolução Conjunta PGE/SFP nº 5, de 27 de novembro de 2024 autoriza a utilização dos créditos para quitação integral das parcelas, a partir da última a vencer. A resolução é um ato conjunto entre a Procuradoria Geral do Estado e a Secretaria da Fazenda e Planejamento e entrará em vigor no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação.

"Esse importante ajuste no Programa Acordo Paulista atende a um justo anseio dos contribuintes, de que os créditos em precatórios e os créditos acumulados de ICMS sejam utilizados também durante o curso dos parcelamentos, e não apenas na entrada dos acordos. É um grande incentivo para mais adesões ao programa. Demos mais um importante passo para consolidar a consensualidade e a eficiência na gestão da dívida ativa estadual", afirma o Subprocurador Geral do Contencioso Tributário-Fiscal, Danilo Barth Pires.

Governo de SP



Tarcísio de Freitas em lançamento

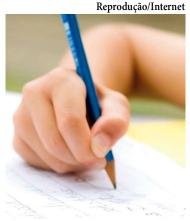


### Educação de Ocauçu destaca conquista do 'Selo Ouro' na alfabetização infantil

Taís Iatecola taisiatecola@odiademarilia.com.br

Ocauçu anunciou a conquista do "Selo Ouro" no programa "Criança Alfabetizada", que reconhece os esforços e as iniciativas de gestão de secretarias da Educação na formulação e na implementação de políticas, ações e estratégias que assegurem o direito à alfabetização. Segundo a prefeitura, o município tem 83,70% das crianças alfabetizadas, superando já neste ano a meta para 2030, que era de 80%.

O resultado do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização 2024 foi divulgado recentemente pela SEB (Secretaria de Educação Básica), que é ligada ao MEC (Ministério da Educa-

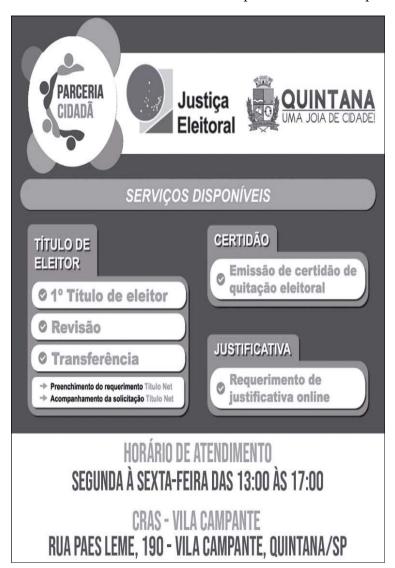


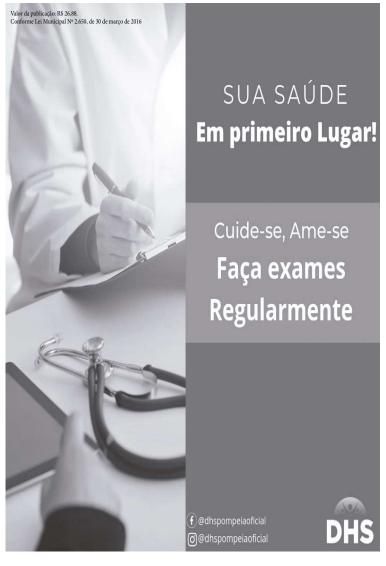
Criança durante aprendizado em aula

ção). A iniciativa é desenvolvida dentro do CNCA (Compromisso Nacional Criança Alfabetizada) e a cerimônia de entrega do selo irá ocorrer em Brasília (DF) em data a ser definida. O selo foi criado pela Presidência da República por decreto em setembro deste ano.

Conforme a assessoria de comunicação da Prefeitura de Ocauçu, a conquista do "Selo Ouro" é resultado da atuação da equipe da Educação, formada pelos gestores, professores e funcionários. "A criação e a implementação do plano educacional, com foco na melhoria contínua, refletem o compromisso com o desenvolvimento educacional do município. Além disso, a administração municipal tem investido na infraestrutura das escolas. A conquista do Selo Ouro é um reflexo do trabalho árduo, da dedicação e da união entre todos os profissionais da Educação e da gestão municipal", destaca em nota encaminhada ao O DIA.

Entre os investimentos feitos na rede de ensino, o município cita a instalação de ar condicionado nas salas de aula, a aquisição de televisores para facilitar o ensino multimodal, a construção de novas salas e a implantação de lousas de pincel. "Esses investimentos são fundamentais para proporcionar um ambiente de aprendizado mais confortável e moderno, contribuindo diretamente para a qualidade do ensino. Este [conquista do selo] é apenas mais um passo para o constante aprimoramento do ensino em Ocauçu, com o objetivo de oferecer aos estudantes uma educação de excelência e um futuro ainda mais promissor", conclui a nota da assessoria de comunicação.





### Denúncia aponta viatura oficial sem identificação e suposto uso particular

Redação O DIA

editor@odiademarilia.com.br

Reprodução/Requerimento

Um requerimento de autoria do vereador Agente Federal Júnior Féfin (União), protocolado na Câmara Municipal no último dia 28 de novembro, solicita esclarecimentos ao prefeito Daniel Alonso (PL) sobre uma caminhonete oficial que estaria sem a devida identificação patrimonial obrigatória, conforme exige a transparência no uso de bens públicos. Além disso, questiona se o veículo estaria sendo utilizado para fins pessoais.

De acordo com o documento, uma denúncia anônima apontou que o secretário-adjunto da Agricultura, Emerson Passini, estaria utilizando a viatura para fins particulares, mesmo durante o perí-



Vereador questiona falta de identificação em veículo oficial da Prefeitura de Marília e aponta a denúncia recebida

odo de férias. Ainda segundo o denunciante, o gestor manteria o veículo em sua residência.

Além das explicações, o parlamentar demanda que o caso seja encaminhado à Corregedoria Geral do Município para apuração de possíveis irregularidades na utilização de veículo oficial. Também é solicitado que a Câmara seja informada sobre os procedimentos e providências tomadas.

Ao O DIA, a Prefeitura de Marília afirma que o veículo em questão estava em uma concessionária para revisão no mesmo período apontado na denúncia. O município confirma que prestará todos os esclarecimentos solicitados pelo vereador e levará o caso à Corregedoria para análise.



## Em ata de reunião, Conselho de Saúde denuncia 'desrespeito e sucateamento'

Redação O DIA

editor@odiademarilia.com.br

O Comus (Conselho Municipal de Saúde de Marília) publicou no Domm (Diário Oficial do Município de Marília) a ata da última reunião, realizada no dia 27 de novembro, cobrando medidas urgentes em diversos setores, como a contratação de profissionais de saúde mental, a transparência na gestão dos estoques de medicamentos, a regularização das vistorias do Corpo de Bombeiros nas unidades de saúde e a garantia de cumprimento das leis e dos princípios de boa gestão pública.

Além disso, foi destacada a falta de ação do Executivo Municipal para resolver esses problemas, incluindo o não cumprimento de leis que garantem a participação do Conselho nas decisões sobre orçamento e políticas de saúde pública. Entre as deliberações e resoluções, o Comus encaminhou ao TCE- SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) seus apontamentos sobre o "desrespeito e sucateamento" de equipamentos de saúde no município de Marília.

O Conselho ainda deliberou sobre importantes contratos, convênios e a gestão dos recursos de saúde. A principal preocupação é a estrutura precária das unidades de saúde, apontada desde 2019, sendo que cinco unidades podem ser fechadas devido à péssima estrutura, colocando em risco tanto usuários quanto trabalhadores. O Tribunal de Contas de São Paulo e a Corregedoria Municipal confirmaram essa situação. O orça-

mento previsto para a reforma é de R\$ 18 milhões.

A falta de estrutura nas unidades de saúde também dificultou a assinatura da Ordem de Serviços do novo contrato do Programa Estratégia Saúde da Família.

LISTA LONGA /O Conselho requisitou documentos detalhando as dívidas do município com prestadores de serviços, incluindo os fornecedores de medicamentos, e as justificativas para o não pagamento. Também solicitou informações sobre como essas dívidas serão tratadas no próximo exercício.

A falta de manutenção dos aparelhos de ar condicionado nas unidades de saúde e farmácias municipais tem colocado em risco a conservação de medicamentos e a saúde dos usuários e trabalhadores, ainda conforme o Comus. A necessidade de reestruturação e melhoria da frota, apontada como precária, principalmente as ambulâncias que estão em condições impróprias para uso, permaneceria sem respostas concretas da administração.

O Conselho também recomendou o aumento do número de profissionais de apoio nas unidades de saúde e mais autonomia para os profissionais no que diz respeito à solicitação de exames e equipamentos, visando melhorar o diagnóstico precoce e o atendimento à população. Foi apontada a falta de atendimento digno na Atenção Primária, o que tem causado sobrecarga nos serviços de urgência e emergência.

#### Anatel autoriza sinal do 5G em todos os municípios brasileiros

Wellton Máximo - Agência Brasil

Desde esta segunda-feira (2), as operadoras de telefonia estão livres para instalar a tecnologia 5G em todos os municípios do país. A ativação do sinal é possível após a retirada total das interferências que impediam a ativação do sinal nos 5.570 municípios brasileiros.

No último dia 26, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Entidade Administradora da Faixa (EAF) anunciaram a "limpeza" da faixa de frequência de 3,5 gigahertz (GHz), destinada ao 5G. No entanto, a liberação do sinal ocorreu nesta segunda-feira.

Antes da chegada do 5G ao país, essa faixa era usada por serviços de

radiodifusão e de televisão aberta via satélite, principalmente por antenas parabólicas, que operavam na Banda C. Essa tecnologia funciona na faixa de 3,7 GHz a 6,4 GHz, muito próxima da faixa do 5G.

Ao longo dos últimos anos, a Anatel agiu em duas frentes: na migração da Banda C e na eliminação da interferência na faixa próxima de 3,5 GHz. Em relação à migração, foram desocupadas 1.482 estações satelitais profissionais (FSS), usadas por emissoras de rádio e TV, instituições de ensino a distância e até pela Aeronáutica, que operavam na Banda C Estendida. O processo acabou em março deste ano, dois anos antes do previsto.

